Companhia Providência Indústria e Comércio

Informações Trimestrais em 31 de março de 2011 e relatório dos auditores independentes

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Providência Indústria e Comércio

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Providência Indústria e Comércio, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 e ISRE 2410, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as informações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Providência Indústria e Comércio, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Curitiba, xx de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PR

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" PR

Companhia Providência Indústria e Comércio

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

Ativo	Controladora 31 de março de 2011	Controladora 31 de dezembro de 2010	Consolidado 31 de março de 2011	Consolidado 31 de dezembro de 2010
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	252.525	221.868	270.616	249.140
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	632	489	632	489
Contas a receber e demais contas a receber (Nota 8)	110.310	108.793	131.537	124.716
Estoques (Nota 9)	39.137	31.721	49.337	36.884
Tributos a recuperar (Nota 10)	24.586	24.440	27.070	26.776
Outros direitos realizáveis	6.653	9.542	8.076	11.024
	433.843	396.853	487.268	449.029
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (Nota 8)	2.118	1.762	4.850	4.675
Tributos a recuperar (Nota 10)	37.055	52.622	37.829	53.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	0	0	0	0
Depósitos judiciais (Nota 17)	162.420	165.489	164.781	165.489
Depósitos e empréstimos compulsórios (Nota 17)	75	75	88	87
Outros direitos realizáveis	29	29	29	29
Investimentos (Nota 12)	127	127	127	127
Intangível (Nota 13)	112.785	109.342	0	
Imobilizado (Nota 14)	10.795	11.362	43.933	44.501
	437.268	441.621	623.604	618.337
	762.672	782.429	875.241	886.640
Total do ativo	1.196.515	1.179.282	1.362.509	1.335.669

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 31 de março de 2011	Controladora 31 de dezembro de 2010	Consolidado 31 de março de 2011	Consolidado 31 de dezembro de 2010
Circulante				
Fornecedores	38.278	24.441	46.473	27.299
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	4.088	4.030	4.088	4.030
Empréstimos (Nota 15)	246.244	242.076	266.131	262.207
Encargos sociais e provisões trabalhistas	5.620	5.273	7.053	6.557
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 16)	1.112	1.347	2.280	2.162
Provisões para contingências (Nota 17)	609	495	798	717
Outras contas a pagar	2.620	4.359	2.934	4.907
	298.571	282.021	329.757	307.879
Não circulante				
Empréstimos (Nota 15)	98.293	103.076	228.807	230.844
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 16)	757	812	757	812
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	89.796	91.103	98.569	98.510
Provisões para contingências (Nota 17)	282	523	282	523
Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	4.479	4.646		
	193.607	200.160	328.415	330.689
	492.178	482.181	658.172	638.568
Patrimônio líquido capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora				
Capital social (Nota 19)	409.003	409.003	409.003	409.003
Reservas de capital (Nota 19)	18.728	18.728	18.728	18.728
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)	177.318	179.785	177.318	179.785
Reservas de lucros (Nota 19)	96.286	96.286	96.286	96.286
Ações em tesouraria (Nota 19)	(6.701)	(6.701)	(6.701)	(6.701)
Lucros acumulados (Nota 19)	9.703		9.703	
	704.337	697.101	704.337	697.101
Total do passivo e patrimônio líquido	1.196.515	1.179.282	1.362.509	1.335.669

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Operações continuadas				
Receita (Nota 20)	95.335	91.671	115.121	104.492
Custo das vendas	(65.793)	(62.855)	(79.092)	(70.837)
Lucro bruto	29.542	28.816	36.029	33.655
Despesas com vendas	(8.935)	(6.974)	(9.761)	(8.038)
Despesas administrativas	(12.672)	(12.969)	(15.738)	(14.152)
Outras receitas	1.049	478	1.109	320
	(20.557)	(19.465)	(24.390)	(21.870)
Lucro operacional	**8.985**	**9.531**	**11.639**	**11.785**
Receitas financeiras (Nota 22)	7.967	10.844	8.463	12.055
Despesas financeiras (Nota 22)	(11.462)	(17.774)	(11.727)	(19.350)
Despesas financeiras, líquidas	(3.495)	(6.930)	(3.264)	(7.295)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	3.516	936		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**9.005**	**3.357**	**8.375**	**4.490**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	(1.863)	(1.475)	(1.233)	(2.608)
Lucro do período das operações continuadas	7.142	1.882	7.142	1.882
Lucro líquido do período	7.142	1.882	7.142	1.882
Lucro líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 19)	0,09	0,02	0,09	0,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações do resultado abrangente
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do Período	7.142	1.882	7.142	1.882
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	94	(25)	94	(25)
Total do resultado abrangente do período	7.236	1.857	7.236	1.857

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora												
			Reservas de capital			Reservas de lucros							
	Capital Social	Custos de emissão	Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos	Total	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2009	422.269	(13.266)	17.404	1.103	18.507	4.822	12.109	55.252	72.183	(6.701)	13.182	189.778	695.952
Lucro líquido do exercício											23.814		23.814
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												252	252
Total do resultado abrangente do período											23.814	252	24.066
Realização do custo atribuído (Nota 14)											15.524	(15.524)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 18)											(5.278)	5.278	
Outros ajustes de convergência											84		84
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Pagamento baseado em ações (Nota 19)				221	221								221
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos (Nota 19)											(11.113)		(11.113)
Dividendos pagos (Nota 19)							(12.109)		(12.109)				(12.109)
Reserva legal						1.191			1.191		(1.191)		
Reserva para dividendos adicionais propostos							21.755		21.755		(21.755)		
Destinação dos lucros acumulados:													
Transferência entre reservas								13.266	13.266		(13.266)		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				221	221	1.191	9.646	13.266	24.103		(45.195)	(10.246)	(22.917)
Em 31 de dezembro de 2010	**422.269**	**(13.266)**	**17.404**	**1.324**	**18.728**	**6.013**	**21.755**	**68.518**	**96.286**	**(6.701)**		**179.785**	**697.101**
Lucro líquido do período											7.142		7.142
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												94	94
Total do resultado abrangente do período											7.142	94	7.236
Custo atribuído ao ativo imobilizado (Nota 14)								3.880	3.880			(3.880)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 18)								(1.319)	(1.319)			1.319	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Em 31 de março de 2011	**422.269**	**(13.266)**	**17.404**	**1.324**	**18.728**	**6.013**	**21.755**	**71.079**	**98.847**	**(6.701)**	**7.142**	**177.318**	**704.337**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	**7.142**	**1.882**	**7.142**	**1.882**
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	5.763	5.598	6.436	6.233
Amortização do intangível	738	680	739	856
Juros e variações monetárias	6.436	7.014	6.345	7.551
Valor residual do permanente baixado		26		117
Pagamento baseado em ações		110		110
Realização de Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.762	1.475	766	2.608
Provisão para passivo a descoberto	(73)	728		
Resultado de equivalência patrimonial	(3.443)	(1.664)		
Perda de valores ativos	15	339	140	449
	18.340	**16.188**	**21.568**	**19.806**
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de clientes	(2.143)	(1.557)	(7.423)	(1.789)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	(7.416)	(3.962)	(12.453)	(4.308)
Decréscimo de tributos a recuperar	15.421	(2.270)	15.272	(2.296)
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	2.746	2.257	2.804	(5.957)
Decréscimo de fornecedores	13.837	(3.200)	19.174	(3.193)
Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	347	(421)	496	(697)
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	(290)	61	63	105
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	(1.806)	(420)	(2.075)	(519)
	20.696	**(9.212)**	**15.858**	**(18.654)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**39.036**	**6.976**	**37.426**	**1.152**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Imobilizado	(1.410)	(2.922)	(14.539)	(8.672)
Aquisição de Intangível	(171)	(372)	(171)	(372)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	**(1.581)**	**(3.294)**	**(14.710)**	**(9.044)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos			10.747	15.655
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.756)	(4.495)	(8.828)	(8.947)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(2.042)	(426)	(2.715)	(1.260)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	**(6.798)**	**(4.921)**	**(796)**	**5.448**
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa			(444)	1.162
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**30.657**	**(1.239)**	**21.476**	**(1.282)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	252.525	235.871	270.616	263.960
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	221.868	237.110	249.140	265.242
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**30.657**	**(1.239)**	**21.476**	**(1.282)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Providência Indústria e Comércio

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado (*)	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Receitas				
Vendas brutas de produtos	107.691	102.698	129.531	116.912
Outras receitas	1.049	478	1.109	460
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15)	(340)	(139)	(449)
	108.725	102.836	130.501	116.923
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(78.149)	(68.001)	(92.983)	(76.914)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.756)	(9.837)	(5.177)	(10.353)
	(82.905)	(77.838)	(98.160)	(87.267)
Valor adicionado bruto	**25.820**	**24.998**	**32.341**	**29.656**
Depreciação e amortização	(6.501)	(6.277)	(7.174)	(6.949)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**19.319**	**18.721**	**25.167**	**22.707**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	3.516	1.664		
Provisão para passivo a descoberto		(728)		
Receitas financeiras	7.967	10.844	8.463	12.055
	11.482	**11.780**	**8.463**	**12.055**
Valor adicionado total a distribuir	**30.801**	**30.501**	**33.630**	**34.762**
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	5.336	5.117	7.138	5.784
Honorários de diretoria	1.067	900	1.067	900
Benefícios	1.002	775	1.233	857
Encargos trabalhistas e previdenciários	2.387	2.348	2.734	2.604
Impostos, taxas e contribuições	3	3	23	3
Federais	1.915	1.541	1.292	2.691
Estaduais	326	25	844	398
Juros e variações cambiais	11.411	17.708	11.668	19.268
Aluguéis	212	202	489	375
Lucros retidos	7.142	1.882	7.142	1.882
Valor adicionado distribuído	**30.801**	**30.501**	**33.630**	**34.762**

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das Informações Trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a "Companhia"), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não tecido ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno, da marca KAMI.

O Grupo possui uma subsidiária em Pouso Alegre (MG), e recentemente concluiu os investimentos em uma planta em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos.
A emissão dessas Informações Trimestrais consolidadas do Grupo foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 05 de maio de 2011.

Reestruturação societária

(a) Em 31 de janeiro de 2008, com base em laudo de avaliação contábil emitido por peritos independentes, a controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (Isofilme) efetuou incorporação reversa de sua investidora original, a Providência Participações Ltda. A Companhia Providência Indústria e Comércio detinha até a data da incorporação 99,99% das quotas da Providência Participações Ltda., que por sua vez detinha 99,99% das quotas da Isofilme. Em conseqüência da incorporação, a Isofilme tem seu capital social aumentado em R$17.534, decorrente da transferência do acervo líquido da Providência Participações, conforme demonstrado a seguir:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
		Circulante	
Intangível		Conta Mútuo	
Ágio		Companhia Providência	
Isofilme Indústria e		Indústria e Comércio	22.225
Comércio de Plásticos Ltda.	39.759		
		Patrimônio líquido	
		Capital social	17.534
	39.759		39.759

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações, está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349 e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, isto pelas razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada a investidora original (Providência Participações Ltda.);
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica no balanço patrimonial da Companhia por ocasião da incorporação;
- Os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos.

(b) Em 08 de agosto de 2008 foi constituída a Providência USA Inc., localizada em Statesville, Carolina do Norte, Estados Unidos, que atua na fabricação e comercialização de produtos tecido não tecido ("nonwoven") resultante da transformação de polipropileno. A planta foi inaugurada em 31 de janeiro de 2011 e sua produção atenderá primeiramente clientes atuais da companhia e abastecerá os segmentos de descartáveis higiênicos e médico-hospitalar daquele país.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Informações Trimestrais consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As Informações Trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o "custo atribuído" de terrenos edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de Informações Trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Informações Trimestrais consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Informações Trimestrais consolidadas

As Informações Trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As Informações Trimestrais consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board).*

(b) Informações Trimestrais individuais

As Informações Trimestrais individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Informações Trimestrais consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Informações Trimestrais consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e

o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e, quando aplicável, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos e ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Informações Trimestrais individuais

Nas Informações Trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Sendo assim, são necessários ajustes tanto nas Informações Trimestrais individuais quanto nas Informações Trimestrais consolidadas para se chegar ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso do Grupo, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Informações Trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às Informações Trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, é a Diretoria Executiva. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o nosso único produto comercializado é o nãotecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, o Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Informações Trimestrais de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Informações Trimestrais consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos e portanto não possui moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considerando que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações.

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como instrumento de "hedge" (proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis, os quais não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

Na data do balanço, o Grupo avalia se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado, a qual em 31 de março de 2011 correspondia, em média, a 11,66% a.a. (31 de dezembro de 2010: 10,64% a.a.).

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizado-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, conforme nota 1 (a).

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista, que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

(b) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.11 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subseqüentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Informações Trimestrais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apurados, através das alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseados em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 24), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

O Grupo oferece aos executivos e certos empregados, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 19), plano de remuneração com base em ações ("Stock Options"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, o grupo adota como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.21 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

. IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente não afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

(b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações do Grupo

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações do Grupo.

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor

Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou *warrants* para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou *warrants* de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (*funding*) e sua Interação"	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos	1º de janeiro de 2013

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
	financeiros e contabilização de *hedge* continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	
Alteração ao IAS 32.	A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros".	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19"Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais"	A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto.	1º de julho de 2010.
"Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14).	As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o	1º de janeiro de 2011

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
	IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado.	

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda *(impairment)* estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas *(impairment)* no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).
A administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.
O grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado, como a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas na nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para contingências

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota 17. Desta forma são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas Informações Trimestrais.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, o Grupo possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 62% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas sendo que os 38% restantes estão indexados à Libor e Sifma. Parte significativa das receitas (40%) advém das exportações estão igualmente expostas a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexado ao CDI, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Até o mês de fevereiro 2009, a Companhia possuía operações contratadas envolvendo instrumentos financeiros não derivativos, com o objetivo de reduzir riscos com a flutuação nas taxas de câmbio. Essas operações, denominadas no mercado financeiro de "Travas Cambiais-pré" eram compostas por contratos em moeda estrangeira (US$), atrelados ao montante de contas a receber da Companhia em moeda estrangeira, com vencimentos de, no máximo, 120 dias, cujas taxas cambiais negociadas foram pré-fixadas na data de cada operação até o seu vencimento futuro, com base na cotação da moeda estrangeira no momento da operação (dólar "spot") acrescido de prêmio (% a.a.) pela performance da operação (entrega/liquidação de dólares). Essas operações foram totalmente liquidadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2009.

Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores justos e a tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	R$ mil	USD mil	R$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	72.989	44.814	61.177	36.716
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	(187.806)	(115.310)	(190.444)	(114.298)
Fornecedores	(2.235)	(1.372)	(1.450)	(870)
Posições passivas	(190.041)	(116.682)	(191.894)	(115.168)
Total exposto	(117.052)	(71.868)	(130.717)	(78.452)

O Grupo tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade a taxa de câmbio – Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário Provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	0,8250	1,2375	1,6500	2,0625	2,4750
Contas a receber	Dólar	(36.017)	(17.532)	954	19.440	37.926
Empréstimos e financiamentos	Dólar	92.675	45.110	(2.456)	(50.021)	(97.586)
Fornecedores	Dólar	1.103	537	(29)	(595)	(1.161)
Ganho (perda)		57.761	28.115	(1.531)	(31.176)	(60.821)

Sensibilidade a taxa de juros - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do CDI, por se tratar de maior exposição do fator de risco:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário Provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	6,10%	9,15%	12,20%	15,25%	18,30%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	16.977	25.827	34.925	44.279	53.895
Empréstimos e financiamentos	CDI/Selic	(11.740)	(17.128)	(22.675)	(28.384)	(34.259)
Ganho		5.237	8.699	12.250	15.895	19.636

(ii) Operações com derivativos

O Grupo possui operações no mercado externo e está exposta a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação.
Adicionalmente, o Grupo tem como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais tem a finalidade de hedge (proteção

contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variam de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Swap CDI x US$	Alta do US$	(561)	(3.784)	(8.213)
Swap LIBOR6 flutuante x fixa	Baixa da LIBOR	(2.137)	(2.270)	(2.391)
Termo de moeda (NDF)	Queda do US$	(2.244)	2.724	7.453
Perda		(4.942)	(3.330)	(3.151)

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, foi considerada a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas, foram aplicados os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo. O resultado aqui apresentado, caso ocorra, será revertido integral e naturalmente via a própria operação da Companhia.

Em 31 de março de 2011 a Companhia não possui contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possui em outros exercícios.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliado mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora	Consolidado

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	110.658	108.705	133.804	125.739
Grupo 2	1.770	1.850	2.583	3.652
	112.428	110.555	136.387	129.391
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
AAA	152.041	126.088	161.468	129.084
AA+	48.048	44.735	56.712	57.921
AA-	52.436	51.045	52.436	62.135
	252.525	221.868	270.616	249.140

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado.

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez do Grupo é de responsabilidade de seus executivos, o qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos a liquidar pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de março de 2011						
Instrumentos financeiros derivativos			(4.088)			(4.088)
Fornecedores	(34.208)	(4.070)				(38.278)
- Pós-fixadas						

Empréstimos, financiamentos e debêntures		(18.052)	(77.797)	(98.293)		(194.142)
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(395)	(150.000)			(150.395)
	(34.208)	**(22.517)**	**(231.885)**	**(98.293)**		**(386.903)**

						Consolidado
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Em 31 de março de 2011						
Instrumentos financeiros derivativos			(4.088)			(4.088)
Fornecedores	(37.961)	(8.512)				(46.473)
-Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4)	(19.668)	(96.093)	(178.694)	(50.084)	(344.543)
-Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(395)	(150.000)			(150.395)
	(37.965)	**(28.575)**	**(250.181)**	**(178.694)**	**(50.084)**	**(545.499)**

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido em vez da data de vencimento e, sendo assim, estão demonstrados na coluna "De 3 meses a 1 ano". Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem contratos de *Swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar utilizados pelo Grupo para administrar o perfil da taxa de juros do Grupo.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia as demais partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.
A administração do capital é monitorada por meio do índice de dívida/capitalização utilizado no acompanhamento do cumprimento dos covenants das debêntures, descritos na nota 15, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 31 de março de 2011 essa relação apresentou o resultado de 0,41 (0,41 em 31 de dezembro de 2010), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment),* estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares, e está demonstrado na nota 15.
Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de março de 2011.
Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de março de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Valor justo através do resultado	252.525	221.868	270.616	249.140
	252.525	**221.868**	**270.616**	**249.140**
Ativos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	632	489	632	489
	632	**489**	**632**	**489**
	253.157	**222.357**	**271.248**	**249.629**
Passivo circulante				
Passivos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	4.088	4.030	4.088	4.030
	4.088	**4.030**	**4.088**	**4.030**

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para o período findo em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	252.525	221.868	270.616	249.140
Contas a receber de clientes	112.428	110.555	136.387	129.391
Depósitos judiciais	75	75	88	87
	365.028	**332.498**	**407.091**	**378.618**
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	632	489	632	489
	632	**489**	**632**	**489**
	365.660	**332.987**	**407.723**	**379.107**
Passivos financeiros				

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	38.278	24.441	46.473	27.299
Empréstimos e financiamentos	344.537	345.152	494.938	493.051
	382.815	**369.593**	**541.411**	**520.350**
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	4.088	4.030	4.088	4.030
	4.088	**4.030**	**4.088**	**4.030**
	386.903	**373.623**	**545.499**	**524.380**

6 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas à 103,0% (2010 – 103,5%), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. O grupo não possui aplicações em fundos de investimento exclusivos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Recursos em bancos e em caixa	4.721	8.041	8.703	8.292
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	247.804	213.827	261.913	240.848
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	252.525	221.868	270.616	249.140

7 Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora e Consolidado			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros	243	1.524	32	1.790
Contratos de câmbio a termo		2.564		2.240
Contratos de opção de dólar	389		457	
Parcela circulante	632	4.088	489	4.030

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pelo Grupo e representa o valor de mercado

para a reversão das operações na data de encerramento do período. Desta forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subseqüente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelo Grupo não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(a) *Swap* de taxas de juros - CDI x US$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 1010, correspondem a R$ 69.805.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e Libor) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de Swap, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros, e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Bancos Votorantim e UBS: US$ 7,6 milhões - posição ativa em CDI + 1,35% ao ano e passiva em US$ + 5,7% ao ano, com vencimentos semestrais até dezembro de 2012;
- Banco Espírito Santo: US$ 12,5 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,6% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2013;
- Banco UBS: US$ 9,4 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,78% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2013;
- Banco Santander: US$ 9.4 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,88% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2013.

(b) Contratos de câmbio a termo ("Forward"):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de março de 2011, totalizam R$ 30.321 (R$ 23.528 em 31 de dezembro de 2010).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de março de 2011, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF – Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco HSBC: US$ 10,9 milhões – posição comprada dólar, taxa média de realização R$ 1,8256, com vencimentos mensais até 15 de dezembro de 2011;
- Banco Espírito Santo: US$ 2.5 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 1,8245, com vencimento mensal para 15 de junho de 2011;
- Banco Votorantim: US$ 1,3 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 1,8374, com vencimento mensal para 15 de agosto de 2011;
- Banco Bradesco: US$ 1,9 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R$ 1,7699, com vencimento mensal para 15 de julho de 2011.

(c) Contratos de Opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de março de 2011, totalizam R$ 20.453 (R$ 16.408 em 31 de dezembro de 2010).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de março de 2011, a Companhia contratou operações de "opção de compra de moeda" (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco Bradesco: US$ 1.9 milhões – opção (Call-compra) a taxa de R$ 1,7699, com vencimento para 15 de julho de 2011;
- Banco Votorantim: US$ 1,3 milhões - opção (Call-compra) a taxa de R$ 1,8374, com vencimento para 15 de agosto de 2011;
- Banco Santander: US$ 2,7 milhões - opção (Call-compra) a taxa de R$ 1,8150, com vencimento para 15 de setembro de 2011;
- Banco HSBC: US$ 2.7 milhões – opção (Call-compra) a taxa de R$ 1,8110, com vencimento para 17 de outubro de 2011;
- Banco Itaú: US$ 2.7 milhões – opção (Call-compra) a taxa de R$ 1,7950, com vencimento para 16 de novembro de 2011.

8 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Contas a receber de clientes no mercado interno	54.387	51.451	67.148	65.113
Contas a receber de clientes no mercado externo	60.573	61.177	72.989	67.040
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(2.532)	(2.073)	(3.750)	(2.762)
Contas a receber de clientes, líquidas	112.428	110.555	136.387	129.391
Parcela no circulante	110.310	108.793	131.537	124.716
Parcela no não circulante	2.118	1.762	4.850	4.675

A grande maioria dos montantes vencidos há mais de 90 dias refere-se a clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
A vencer	108.283	106.271	131.041	122.032
Vencidos até 60 dias	3.487	2.825	4.666	5.854
Vencidos entre 61 e 90 dias	483	194	909	240
Vencidos há mais de 90 dias	2.707	3.338	3.520	4.027
Total	114.960	112.628	140.136	132.153

Provisão para devedores duvidosos	(2.532)	(2.073)	(3.750)	(2.762)
Total	112.428	110.555	136.387	129.931

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Saldo anterior	2.073	2.217
Provisão para devedores duvidosos	482	8
Valores não usados, estornados	(23)	(152)
Saldo final	2.532	2.073

	Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Saldo anterior	2.762	2.468
Provisão para devedores duvidosos	1.952	3.605
Valores não usados, estornados	(964)	(3.311)
Saldo final	3.750	2.762

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como "Despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9 Estoques

	Controladora	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Matérias-primas	6.650	4.284
Matérias-primas auxiliares	7.768	6.794
Produtos em elaboração	1.573	1.128
Produtos acabados	18.149	14.815
Material de almoxarifado	4.861	4.479
Mercadorias em trânsito	136	221
	39.137	31.721

	Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Matérias-primas	9.368	5.010
Matérias-primas auxiliares	8.389	7.308
Produtos em elaboração	2.334	1.770
Produtos acabados	21.657	16.401
Material de almoxarifado	7.256	5.955
Mercadorias em trânsito	333	440
	49.337	36.884

10 Tributos a recuperar

	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ativo circulante	**Realizável a longo prazo**	**Ativo circulante**	**Realizável a longo prazo**
Controladora				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	11.402	12.585	7.197	19.324
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	6.384		11.559	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	1.803	17.976	1.437	18.519
Programa de Integração Social – PIS	422	2.197	343	2.310
Antecipações de IR e CS		185		4.326
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.575	4.112	3.904	8.143
	24.586	37.055	24.440	52.622
Controladas				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	23	117	4	117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.043		2.006	0
Contribuição para fins da Seguridade social - COFINS		180		179
Programa de Integração Social – PIS		41		41
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	418	436	326	436
	2.484	774	2.336	773
Consolidado	27.070	37.829	26.776	53.395

Os creditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das vendas para o mercado externo, sendo possível a sua compensação através de pedido de restituição junto a repartição da receita estadual.

Os creditos de ICMS de longo prazo são recuperáveis através da negociação com empresas interessadas ou através da compensação com a fatura de energia elétrica.

De acordo com a legislação fiscal, a Companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário, dessa forma os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão a longo prazo foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 16) em conta específica no passivo não circulante.

Durante o primeiro trimestre de 2011, o Grupo recebeu R$ 13.285 relativos aos processos de restituição de créditos tributários de IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social pagos a maior em exercícios anteriores.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, foram registrados nas informações trimestrais da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2010.

Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

Ativo	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Controladora		
Imposto de Renda (IR)		
Prejuízos fiscais acumulados	182.396	175.893
Diferenças temporárias	(24.983)	(23.363)
	157.413	**152.530**
Alíquota de IR	25%	25%
Crédito de IR diferido sobre prejuízos fiscais	39.353	38.133
Crédito de IR diferido sobre ágio na incorporação reversa	79.979	83.457
Total de crédito de imposto de renda	119.332	121.590
Contribuição social		
Bases negativas acumuladas	182.396	175.893
Diferenças temporárias	(23.561)	(21.941)
	158.835	153.952
Alíquota de CS	9%	9%
Crédito de CS diferido sobre bases negativas	14.295	13.856
Crédito de CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	28.793	30.043
Total de crédito contribuição social	43.088	43.899
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	162.420	165.489

Controladas	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de Renda Providência USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	6.054	
Imposto Federal (alíquota de 32%)	1.937	
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	424	
Total de crédito (débito) de imposto de renda	2.361	
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	2.361	
Consolidado	164.781	165.489

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Até Março de 2012	18.895	19.252	19.170	19.252
de Abril de 2012 até Março de 2013	19.587	19.957	19.872	19.957
de Abril de 2013 até Março de 2014	20.839	21.233	21.142	21.233
de Abril de 2014 até Março de 2015	22.127	22.545	22.449	22.545
de Abril de 2015 até Março de 2016	22.999	23.434	23.334	23.434
de Abril de 2016 até 2020	57.973	59.068	58.814	59.068
	162.420	**165.489**	**164.781**	**165.489**

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, com base em projeções de resultados futuros fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa "veículo" utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente desta aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente a taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

12 Investimentos

(a) Investimentos em controladas

Em 31 de março de 2011, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o nãotecido ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providência USA, Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social será a produção e comercialização de nãotecidos ("nonwoven"). Em 31 de março de 2011, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

					Participação em:	
Nome	**País**	**Patrimônio líquido na investida**	**Lucro do período**	**Participação %**	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Isofilme Ltda.	Brasil	112.785	3.443	99,99	112.785	109.342
Providência USA Inc.	EUA	(4.478)	73	100,00		
					112.785	109.342

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas:

31 de março de 2011	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Lucro (prejuízo)**
Isofilme Ltda	142.238	(29.452)	18.620	3.443
Providência USA Inc.	136.542	(141.020)	3.447	73

31 de dezembro de 2010	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Lucro (prejuízo)**
Isofilme Ltda	136.655	(27.313)	64.113	10.863
Providência USA Inc.	129.075	(133.720)	17	(3.429)

(b) Controlada com passivo a descoberto

Relativamente a controlada que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão que esta sendo apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica "Provisão para Passivo a descoberto", e foi computada da seguinte forma:

	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto		Provisão para passivo a descoberto	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**

Providência USA Inc.	(4.478)	(4.646)	(4.478)	(4.646)

Durante o período findo em 31 de março de 2011, a Companhia registrou receita de equivalência patrimonial no montante de R$ 73 no resultado (provisão para passivo a descoberto de R$ 728 em 2010) e registrou ganho decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R$ 94 na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota "c" a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos

	Companhia
Investimentos	**Isofilme**
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**109.342**
Equivalência patrimonial	3.443
Saldos em 31 de março de 2010	**112.785**

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	Companhia
Passivo a descoberto	**Providência USA Inc.**
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**4.646**
Ajustes acumulados de conversão	(94)
Equivalência patrimonial	(73)
Saldos em 31 de março de 2011	**4.479**

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providência USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

13 Intangível

	Controladora	
	Custos de desenvolvimento de *softwares* gerados internamente	**Total**
Em 31 de dezembro de 2010	11.362	11.362
Período findo em 31 de março de 2011		
Aquisições	171	171

	Controladora	
	Custos de desenvolvimento de *softwares* gerados internamente	**Total**
Amortização	(738)	(738)
Saldo contábil, líquido	10.795	10.795

	Consolidado		
	Ágio	**Custos de desenvolvimento de *softwares* gerados internamente**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2010	33.133	11.368	44.501
Período findo em 31 de março de 2011			
Aquisições		171	171
Amortização		(739)	(739)
Saldo contábil, líquido	33.133	10.800	43.933

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (Isofilme). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizaram taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, isto pelas razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas informações trimestrais consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado.

O ágio no montante de R$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente

submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*). O teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio em 31 de março de 2011. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros do Grupo foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2020.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 5,32% a.a., correspondente a taxa do CDI de dezembro de 2010 (10,64%) descontada a inflação anual projetada para 2011 (IPCA) de 5,32% - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14 Imobilizado

(a) Composição

						Controladora
				31.03.2011	31.12.2010	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido	*Taxa de depreciação (%)
Terrenos	12.520			12.520	12.520	
Edifícios e construções	93.657	(10.959)	(4.860)	77.838	78.357	3
Máquinas e equipamentos	629.403	(259.713)	(29.619)	340.071	343.028	4
Instalações industriais	6.346	(2.746)	(100)	3.500	3.292	10
Ferramentas e pertences	117	(64)		53	4	10
Hardware	3.973	(2.430)		1.543	1.333	20
Veículos	90	(90)				20
Móveis e utensílios	2.907	(2.169)		738	728	10
Imobilizações em andamento	899			899	2.253	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	750.018	(278.171)	(34.579)	437.268	441.621	

* média ponderada

						Consolidado
				31.03.2011	31.12.2010	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo	Líquido	Líquido	*Taxa de depreciação

			atribuído			(%)
Terrenos	14.775			14.775	12.580	
Edifícios e construções	95.181	(10.224)	(4.860)	79.097	79.628	3
Máquinas e equipamentos	703.541	(281.204)	(29.886)	392.451	395.252	4
Instalações industriais	8.858	(3.739)	(180)	4.939	4.773	10
Ferramentas e pertences	183	(96)		87	40	10
Hardware	4.094	(2.518)		1.576	1.371	20
Veículos	90	(90)				20
Móveis e utensílios	3.437	(2.323)		1.114	977	10
Imobilizações em andamento	129.460			129.460	123.610	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	959.725	(301.194)	(34.926)	623.604	618.337	

* média ponderada

(b) Movimentação do ativo imobilizado

					Controladora
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011			
	Valor líquido	Adições	Depreciação	Devolução de adiantamento	Valor líquido
Terrenos	12.520				12.520
Edifícios e construções	78.357	248	(767)		77.838
Máquinas e equipamentos	343.028	1.800	(4.757)		340.071
Instalações industriais	3.292	313	(105)		3.500
Ferramentas e pertences	4	50	(1)		53
Hardware	1.333	306	(96)		1.543
Móveis e utensílios	728	47	(37)		738
Imobilizações em andamento	2.253	2.128		(3.482)	899
Outras imobilizações	106				106
	441.621	4.892	(5.763)	(3.482)	437.268

						Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011				
	Valor líquido	Adições	Ganho cambial em conv.de	Depre-ciação	Devolução de adianta-	Valor líquido

			moeda estrangeira		mento	
Terrenos	12.580	2.195				14.775
Edifícios e construções	79.628	248		(779)		79.097
Máquinas e equipamentos	395.252	2.540		(5.343)		392.451
Instalações industriais	4.773	324		(159)		4.938
Ferramentas e pertences	40	49		(2)		87
Hardware	1.371	306		(101)		1.576
Móveis e utensílios	977	189		(52)		1.114
Imobilizações em andamento	123.610	12.170	2.406		(3.482)	129.460
Outras imobilizações	106	0				106
	618.337	18.021	2.406	(6.436)	(3.482)	623.604

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), o Grupo adotou o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela administração do Grupo, totalizou R$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2009 foi de R$ 3.842, para cada ano, na controladora e de R$ 3.881 no consolidado.

A depreciação do período findo em 31 de março de 2011, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R$ 4.932 (31 de março de 2010 - R$ 5.904), e às despesas operacionais em R$ 1.504 (31 de março de 2010 –R$ 329).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de novas máquinas, de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica "Imobilizações em andamento". Tais investimentos incluem a implantação da fábrica nos Estados Unidos, pela investida Providência USA Inc.

Embora a fábrica nos Estados Unidos tenha entrado em operação em janeiro de 2011, a mesma continua na rubrica de “Imobilizações em Andamento”, por não ter ainda atingido os níveis mínimos de produção. Quando a fábrica atingir o nível desejado, a mesma começará a ser depreciada, momento este em que será dado o “de acordo” ao Fornecedor e o “aceite final” ao Financiador (HSBC/Hermes).

15 Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Controladora

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento máquina de fabricação do tecido não-tecido Máquina Kami 9	LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2013	250	264
			Principal: semestrais a partir de 2009 até 2013	37.155	42.280
Nota de crédito à exportação	112% do CDI	Real	Juros: semestrais até 2013	2.156	657
			Principal: semestrais a partir de 2010 até 2013	50.000	50.000
EXIM-PSI	7% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2011	395	395
			Principal: Dezembro 2011	150.000	150.000
				239.956	243.596
Debêntures	CDI + 1,35% a.a.	Real	Juros: semestrais até 2012	4.081	1.056
			Principal: 2010 2011 e 2012	100.500	100.500
				104.581	101.556
Total Controladora				**344.537**	**345.152**
Parcela no circulante				(246.244)	(242.076)
Parcela no passivo não circulante				98.293	103.076

Controladas

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento máquina	LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016	42	13

				Controladas	
Modalidade	**Encargos financeiros**	**Moeda**	**Vencimentos**	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
			Principal: semestrais até 2016	14.744	15.072
Financiamento planta USA	LIBOR + 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2013	60	242
			Principal: semestral até 2013	20.359	24.993
	LIBOR + 2,15%	Dólar	Juros e Principal: 15/09/2011	9 8.144	66 8.331
	LIBOR + 2,55%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	151	34
			Principal: semestral até 2015	16.450	16.828
	LIBOR + 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	24	
			Principal: semestral até 2016	9.772	
	SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030	4	5
			Principal: 2030	14.274	14.821
	LIBOR + 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2022	8	378
			Principal: semestral até 2022	66.360	67.116
Total Controladas				**150.401**	**147.899**
Total Consolidado				**494.938**	**493.051**
Parcela no circulante (Consolidado)				(266.131)	(262.207)
Parcela no passivo não circulante (Consolidado)				228.807	230.844

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**

2012	86.688	91.204	102.167	111.205
2013	11.605	11.872	33.633	34.407
2014			13.885	14.205
2015			12.989	13.288
De 2016 até 2030			66.133	57.739
	98.293	103.076	228.807	230.844

O montante de R$ 14.786 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KFW), firmado em 27 de Julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido nãotecido ("nonwoven"), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.

O montante de R$ 20.419 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providência USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008, destinado a aquisição das máquinas nos Estados Unidos.

O montante de R$ 37.405, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação (financiamento de máquina recém adquirida), está garantido por notas promissórias no montante de US$ 36,5 milhões, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme "Credit Agreement" firmado entre as partes.

Em 12 de maio de 2010 houve a captação de US$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada Recovery Zone Facility Bonds, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de Iredell, administrada por um agente (Wells Fargo Bank), e garantida pelo banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (Securities Industry and Financial Markets Association).

Em 15 de setembro de 2010, foi contratada junto ao Banco Bradesco S/A uma operação de US$ 5 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação é para 15 de setembro de 2011, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,15% ao ano.

Em 13 de outubro de 2010, a Companhia liquidou a operação de NCE (Notas de crédito à exportação) contratada junto ao Banco Votorantim, cujo saldo na data era de R$ 69.425. Sendo assim, o montante de R$ 52.156 refere-se ao contrato em aberto junto ao banco Bradesco, cujos vencimentos de principal e juros são semestrais e vão até 2013.

Em 13 de Outubro de 2010 a Companhia contratou junto aos Bancos Votorantim e Itaú, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") através do programa "BNDES-Exim" na modalidade "BNDES-Exim Pré-Embarque PSI", no montante de R$ 150.000. Os recursos provenientes da operação serão utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de dezembro de 2011. Os juros serão calculados na base de 7% ao ano com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal.

Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao banco HSBC operações no total de US$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pelo variação da LIBOR + 2,47% ao ano, em média.

Em 4 de março de 2011, foi contratado junto ao Banco Itaú S/A uma operação de US$ 6 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação é para 04 de março de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 4,00% ao ano.

O montante de R$ 66.368 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 34,6 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providência USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% ao ano, com pagamento de juros semestrais e principal com dois anos de carência a partir da data do aceite final da máquina, prevista para setembro de 2011.

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de março de 2011, os avais garantem os R$ 135.616 de endividamento da Providência USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US$ 9,1 milhões relativos a captação do Recovey Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em março de 2011 este montante representa R$ 81.154, dos quais R$ 66.368 referem-se a máquina da planta nos Estados Unidos e R$ 14.786 referem-se a máquina da Isofilme, acrescido de carta fiança bancária no valor de R$ 17.800 .

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:

CDI - Certificado de Depósito Interbancário
LIBOR - London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária de Londres)
NCE - Notas de crédito à exportação
SIFMA - Securities Industry and Financial Markets Association (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Em 30 de novembro de 2007 foram emitidas 15.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000 com pagamento de juros semestrais até 2012 e principal com 2 anos de carência com vencimentos anuais igualmente até 2012. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios à variação acumulada da taxa média de juros dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) de um dia, capitalizada de uma sobretaxa de 1,35% ao ano, base 252 dias.

					31 de março de 2011	
Série	**Data de emissão**	**Valor**	**Vencimento final**	**Remuneração anual**	**Circulante**	**Não Circulante**
1ª emissão	30.11.2007	150.000	30.11.2012	CDI + 1,35%	53.581	51.000

Cumprimento de índices (Covenants)

No que diz respeito às obrigações relacionadas à emissão das debêntures, a Companhia está sujeita ao cumprimento de determinados índices, calculados com base nos saldos das informações trimestrais consolidadas. Na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (Eventos de Inadimplemento), o Agente Fiduciário poderá, observado o disposto nas cláusulas 6.2, 6.3 e 6.4 da Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures:

(a) Apresentar, por dois períodos consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, uma razão "Dívida Líquida/EBITDA" apurada no último dia de cada período, maior ou igual que os números conforme abaixo para os respectivos anos:

2008	2009	2010	2011	2012
3,5	3,20	3,00	2,75	2,50

Em 31 de março de 2011, a razão dívida líquida/EBITDA é de 2,63. Portanto, o índice está sendo cumprido.

(b) Apresentar, por dois períodos consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, um "Índice de Cobertura de Juros" apurado no último dia de cada período, menor ou igual que os números conforme abaixo:

2008	2009	2010	2011	2012
2,25	2,50	2,75	3,00	3,00

Em 31 de março de 2011, o índice de cobertura de juros foi de 8,58. Portanto, o índice está sendo cumprido.

(c) Apresentar, por dois períodos consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, uma razão "Dívida/Capitalização" maior ou igual a 0,65.

Em 31 de março de 2011, o índice de Dívida/Capitalização foi de 0,41. Portanto, o índice está sendo cumprido.

Linhas de crédito:

Até 31 de março de 2011, o Grupo obteve duas linhas de crédito pré-aprovadas junto ao Banco HSCB no montante total de US$ 82,4 milhões visando o financiamento das duas novas máquinas que estão sendo adquiridas. Esses recursos serão disponibilizados de acordo com o andamento dos projetos de construção dessas máquinas. Para a máquina a ser instalada no Brasil a taxa de juros a ser contratada será de Libor + 1,25% ao ano, já para a máquina a ser instalada nos Estados Unidos, a taxa de juros a ser contratada será de Libor + 1,20% ao ano. Os contratos serão garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG.

Ainda com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, o Grupo abriu linhas de crédito no montante de US$ 40,9 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de Libor + 3,00% até Libor + 4,94% ao ano. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que for identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos	390.357	391.495	364.935	374.155
Debêntures	104.581	101.556	103.485	100.550
	494.938	493.051	468.420	474.705

			Controladora	
	Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos	239.956	243.596	238.715	240.514
Debêntures	104.581	101.556	103.485	100.550
	344.537	345.152	342.200	341.064

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS	558	757	534	812
PIS	8		19	
COFINS	22		73	
IRRF	184		308	
Demais obrigações tributárias	340		413	
	1.112	757	1.347	812
Controladas				
ICMS	199		122	
PIS	101		79	
COFINS	466		363	
IRRF	187		171	
IRPJ e CSLL	213		52	
Demais obrigações tributárias	2		28	
			5	
	1.168		816	
Consolidado	**2.280**	**757**	**2.162**	**812**

17 Provisões

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de

natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

A controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. é parte em diversos processos de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de março de 2011:

	Controladora			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	828	75	957	75
Cível	63		61	
Total	**891**	**75**	**1.018**	**75**
Circulante	609		495	
Não circulante	282	75	523	75

	Consolidado			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	1.017	88	1.179	87
Cível	63		61	
Total	**1.080**	**88**	**1.240**	**87**
Circulante	798		717	
Não circulante	282	88	523	87

(a) Processos de Natureza Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, assédio moral, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros. Ademais, houve apenas um processo trabalhista movido por representante comercial nos últimos 10 anos, o qual foi julgado improcedente.

(b) Processos de Natureza Cível

De uma maneira geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa

atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de Natureza Fiscal

A Companhia e suas controladas, em 31 de março de 2011, não figuram como parte em processos judiciais e administrativos que versam sobre matérias fiscais.

A movimentação das provisões no período findo em 31 de março de 2011 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**1.018**	**1.240**
Adições	173	193
Baixas	(300)	(353)
Saldo em 31 de março de 2011	**891**	**1.080**

Contingências Possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas	1.627	1.087	1.693	1.117
Cíveis (Perdas e danos)	3.143	2.624	3.173	2.792
	4.770	3.711	4.866	3.909

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.
O montante registrado a título de Impostos diferidos passivos são reconhecidos para fazer frente a realização das diferenças temporárias, e sua composição é feita da seguinte forma:

	Controladora	
Passivo	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de Renda (IR)		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	264.106	267.950

	264.106	267.950
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	66.026	66.987
Contribuição social		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	264.106	267.950
	264.106	267.950
Alíquota de CS	9%	9%
Total de débito contribuição social	23.770	24.116
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	89.796	91.103

		Consolidado
Passivo	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Imposto de Renda (IR)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	17.892	15.904
Custo atribuído ao ativo imobilizado	272.017	273.832
	289.909	289.736
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	72.477	72.434
Contribuição social		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	17.892	15.904
Custo atribuído ao ativo imobilizado	272.017	273.832
	289.909	289.736
Alíquota de CS	9%	9%
Total de débito contribuição social	26.092	26.076
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	98.569	98.510

19 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2011, o capital social está representado por 82.483.132 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir.

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
FIP ASAS	13.952.203	16,9%

FIP GG (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	10.074.423	12,2%
FIP Bssf II	9.417.736	11,4%
FIP Brasil Equity II	6.278.492	7,6%
Banco Espírito Santo S.A.	5.861.269	7,1%
Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco S.A.	1.953.757	2,4%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações	4.651.081	5,6%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.	1.162.683	1,4%
Fip Ggpar (Gov.e Gestão Investimentos Ltda.)	970.724	1,2%
Libra Holding S/A*	2.508.800	3,0%
Boreal DTVM S/A*	361.900	0,4%
Boreal Ações III Fia*	171.100	0,2%
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores	**57.364.168**	**69,5%**
Administradores		
Diretoria	29.509	0,0%
Conselho de Administração	9	0,0%
Conselho Fiscal	4.000	0,0%
Total Administradores	**33.518**	**0,0%**
Outros	**22.643.455**	**27,5%**
Ações em tesouraria	**2.442.000**	**3,0%**
Total Ações	**82.483.132**	**100,0%**
Ações em circulação (free float)	**22.643.455**	**27,5%**

*Acionistas ligados ao Fundo de Investimentos GGPAR

Conforme o estatuto social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinqüenta mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

(b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembléia Geral de 11 de maio de 2007, a Companhia pode outorgar planos de opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e da sua controlada.

As diretrizes para conceder planos de opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar planos de opção de compra de ações às pessoas indicadas acima. Os planos de opção de compra de ações a serem oferecidos nos termos dessas Diretrizes representarão, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Em 5 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 0,9% do capital social, ao preço de R$ 8,40 por ação. O plano apresenta carência de um ano para o período das opções. Após esse período, cada beneficiário poderá exercer sua opção de aquisição de lotes de até 1/3 (um terço) das ações objeto dos planos em cada uma das seguintes datas: 26 de julho de 2008, 26 de julho de 2009, 26 de julho de 2010.

Em 11 de agosto de 2009, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação por mais 1 ano, ou seja, até 26 de julho de 2011, para que os beneficiários do Plano possam exercer a sua opção de compra de ações objeto deste Plano.

Desta forma, o prazo para cada beneficiário exercer sua opção de aquisição das ações objeto dos planos vencerá em 26 de julho de 2011. Mesmo com a prorrogação do prazo o efeito do valor justo na data da outorga é irrelevante.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 31/03/2011 não houve movimentação na quantidade de opções de ações inicialmente outorgadas.

O valor justo do programa de 2007 foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black and Scholes* ajustado pelo modelo de precificação *Garman-Kohlhagen*, devido ao objeto da opção gerar uma renda (dividendos) e o preço de período não ser corrigido.

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Taxa de juros livre de risco.....	10,78% a.a.
Prazo total em anos.....	3
Volatilidade anual esperada.....	15,09% a.a
Valor justo da opção na data da outorga.....	R$ 1,60

Devido a Companhia não ser uma empresa de capital aberto na data da outorga, sem histórico de volatilidade da ação, foi utilizada a volatilidade histórica de empresa do mesmo segmento.

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 0,99%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 31 de março de 2011, acrescido do número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações, ou seja:

"Diluição em 31/03/2011" = 827.244 / (82.483.132 + 827.244) x 100 = 0,99%

Movimentação das opções	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Quantidade Inicial	827.244	827.244
Opções outorgadas		
Opções exercidas		
Quantidade final	827.244	827.244
Preços de exercício	8,40	8,40
Data de vencimento	26/07/2011	26/07/2011

(c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital é substancialmente composto pela reserva de ágio na emissão de ações. Conforme descrito na nota 19 (b), a Companhia reconheceu reserva especial para fazer frente aos compromissos do plano de opções de compra de ações, cujo saldo totaliza R$ 1.324 em 31 de março de 2011 (R$ 1.103 em 31 de dezembro de 2010).

(d) Ações em tesouraria

Movimentação ações em tesouraria	Valor	Quantidade
Recompra ações referentes ao 1º programa	23.258	3.124.000
Cancelamento de ações	(22.998)	(3.089.245)
Programa Stock Options	(260)	(34.755)
Recompra ações referentes ao 2º programa	2.009	783.000
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.009	783.000
Recompra ações referentes ao 2º programa	4.692	1.659.000
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011	6.701	2.442.000

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2007 o primeiro Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia para posterior manutenção em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social no máximo de 3.124.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações ordinárias em circulação. A operação, que teve início em janeiro de 2008, foi realizada por meio da corretora UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Ao longo do Programa, a Companhia recomprou as 3.124.000 ações pelo montante de R$ 23.258.

Em 30 de outubro de 2008, foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária que aprovou o cancelamento de 3.089.245 ações em tesouraria.

Em 12 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia com as mesmas características do primeiro Programa, sendo no máximo de 2.442.000 ações ordinárias que correspondiam a 10% das ações em circulação. A operação foi realizada por meio das corretoras BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento e/ou Merrill Linch S.A. CTVM. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia recomprou 2.442.000 ações pelo montante de R$ 6.701.

(e) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, por proposta do conselho de administração a ser aprovada em Assembléia Geral Ordinária, foram destinados os saldos remanescentes dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010 para a Reserva de Lucros.

(f) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.

(g) Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores do Grupo no exercício de 2010, conforme detalhado no quadro abaixo. Como não houve movimentação na quantidade de ações emitidas e, desta forma, o cálculo efetuado pela Companhia não apresentou quantidade de ações dilutivas, o lucro diluído por ação foi igual ao lucro básico por ação:

	Básico e diluído	
	31 de março de 2011	**31 de março de 2010**
Resultado do período	7.142	1.882
Quantidade média ponderada de ações	80.041	80.041
Receita líquida	0,09	0,02

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos e ajustes do período referem-se a:

- Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Saldo de R$ 176.372 (R$ 178.933 em 31 de dezembro de 2010) foi movimentado pela realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R$ 2.561, conforme nota 14;
- Ajustes acumulados de conversão: Saldo de 946 (R$ 852 em 31 de dezembro de 2010) foi movimentado pela variação cambial do investimento na controlada Providência USA Inc., no valor de R$ 94,

20 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de março de 2010**	**31 de março de 2011**	**31 de março de 2010**
Vendas brutas de produtos	112.768	104.042	134.835	118.538
Devoluções de vendas	(5.077)	(1.344)	(5.305)	(1.626)
Impostos sobre vendas	(12.356)	(11.027)	(14.410)	(12.420)
Receita líquida	95.355	91.671	115.121	104.492

21 Despesas por natureza e custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de março de 2010**	**31 de março de 2011**	**31 de março de 2010**
Custos variáveis e gastos indiretos	65.793	62.855	79.092	70.837
Despesas com vendas				
Logística	7.848	5.736	8.529	6.672
Comissões	601	538	618	557
Outras	486	700	614	809
Total despesas com vendas	8.935	6.974	9.761	8.038
Despesas administrativas				
Pessoal	4.002	4.361	4.979	4.747
Administradores	1.450	1.067	1.450	1.067
Despesa de benefícios a empregados	1.920	2.494	2.632	2.495
Despesa com utilities	202	169	647	212
Serviços prestados	2.161	2.833	2.320	3.192
Despesas de viagem	369	344	432	359
Impostos e taxas	403	92	424	102
Encargos de depreciação e amortização	1.599	956	1.733	1.095
Outras despesas	566	653	1.121	883
Total despesas administrativas	12.672	12.969	15.738	14.152
Outras receitas				
Receita de aluguel	325	318	325	318
Reversão de provisões e recuperação de despesas	724	160	784	2
	1.049	478	1.109	320
Total	86.351	82.320	103.482	92.707

22 Despesas e receitas financeiras

(a) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Juros	(7.140)	(8.767)	(7.388)	(9.049)
Variação cambial	(3.402)	(6.589)	(3.281)	(7.209)
Despesas com operação de derivativos	(415)	(1.678)	(415)	(1.678)
Outros	(505)	(740)	(643)	(1.414)
	(11.462)	(17.774)	(11.727)	(19.350)

As variações nas despesas financeiras observadas no trimestre findo em 31 de março de 2011, comparativamente ao mesmo período de 2010, referem-se, principalmente, ao efeito líquido da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira, a redução nos juros sobre os empréstimos através da troca de posições à taxas menores e também ao menor impacto das despesas com derivativos.

(b) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Juros	747	345	762	412
Variação cambial	1.052	5.408	1.086	5.611
Receitas com operações de derivativos	211	178	211	178
Rendimentos de aplicações financeiras	5.816	4.934	6.102	5.282
Ajuste a valor presente de recebíveis	109	(46)	107	564
Outros	32	25	195	8
	7.967	10.844	8.463	12.055

As variações nas receitas financeiras observadas no trimestre findo em 31 de março de 2011, comparativamente ao mesmo período de 2010, se devem, principalmente, ao efeito líquido da variação cambial sobre os ativos expostos em moeda estrangeira.

23 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	**31 de março de 2010**	**31 de março de 2011**	**31 de março de 2010**
Lucro antes dos tributos	9.005	3.357	8.375	4.491
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	(3.062)	(1.141)	(2.848)	(1.527)
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Resultado de investimentos em controladas	1.195	318		
Itens permanentes, líquidos	4	(652)	1.615	(1.081)
Valor lançado ao resultado	**(1.863)**	**(1.475)**	**(1.233)**	**(2.608)**
Corrente*	1.206	(4.729)	1.700	(4.729)
Diferido	(3.069)	3.254	(2.933)	2.121
Valor lançado ao resultado	**(1.863)**	**(1.475)**	**(1.233)**	**(2.608)**

*Composto, substancialmente, pela realização de IR e CS diferidos

(b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 2011

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2010	**Movimento**	**Saldo em 2011**	**Saldo em 2010**	**Movimento**	**Saldo em 2011**
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	175.893	6.503	182.396	181.909	5.980	187.889
Prejuízo fiscal EUA					6.054	6.054
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	59.804	2.211	62.015	61.849	4.394	66.243
Diferenças temporárias:						
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 34%	5.453	1.902	7.355	6.802	1.734	8.536
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 9%	1.423		1.423	1.423		1.423
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	(28.817)	(3.520)	(32.337)	(36.180)	(2.831)	(39.011)
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(7.815)	(551)	(8.366)	(9.860)	(373)	(10.203)
3) Diferenças permanentes						
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	113.500	(4.729)	108.771	113.500	(4.729)	108.771
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	**165.489**	**(3.069)**	**162.420**	**165.489**	**(708)**	**164.781**
Diferenças permanentes Providência		1.206			1.206	

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2010	**Movimento**	**Saldo em 2011**	**Saldo em 2010**	**Movimento**	**Saldo em 2011**
Diferenças permanentes Isofilme					(1.322)	
IR e CS devidos					(409)	
Total do efeito de IR e CS no resultado		**(1.863)**			**(1.233)**	

24 Plano de previdência

Em dezembro de 2009 a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e também pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições do Grupo efetuadas no período findo em 31 de março de 2011 totalizou R$ 116 (2010 - R$ 75), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

25 Cobertura de seguros

O grupo e suas controladas, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providência USA Inc., adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. O grupo realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

	Importâncias seguradas	
Ramos	**31.03.2011**	**31.03.2010**
Patrimonial		

Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	200.000	328.244
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	37.440	37.440
Responsabilidade Civil		
D&O	17.000	17.000
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	6.831	6.831
Garantia	150.000	150.000
Total	411.271	539.515

As coberturas de seguros são:

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo / furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade;
- Seguro garantia – garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

A Companhia também contrata seguros específicos para atividades esporádicas. No ano de 2010 a Companhia contratou junto a diversas seguradoras, com vigência 2010/2011, Seguro de Risco de Engenharia destinado a cobrir possíveis sinistro de descarga e montagem de máquinas laminadora e impressoras adquiridas.

26 Partes relacionadas

Não foram realizadas transações de compra e venda entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Remuneração global dos administradores

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2010, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, tendo em vista a eleição de 3 (três) membros adicionais para a diretoria estatutária, passando assim para 5 (cinco) membros, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2010, no valor global e anual de até R$ 5.800, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.
Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 – Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	31 de março de 2011	**31 de março de 2010**

Remuneração	1.450	1.067
Remuneração baseada em ações		110
	1.450	1.177

* * *